



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000060709

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003467-05.2007.8.26.0337, da Comarca de Mairinque, em que são apelantes ROVERSON ROGÉRIO RODRIGUES PRATES (JUSTIÇA GRATUITA) e ROSELI DE FÁTIMA FRANCELINO PRATES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado COMÉRCIO DE BEBIDAS DOIS IRMÃOS SÃO ROQUE LTDA.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013.

Palma Bisson
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003467-05.2007.8.26.0337

APELANTES : ROVERSON ROGÉRIO RODRIGUES PRATES E
SUA MULHER

APELADO : COMÉRCIO DE BEBIDAS DOIS IRMÃOS SÃO
ROQUE LTDA.

COMARCA : MAIRINQUE

V O T O Nº 17.872

Ementa: Acidente de trânsito – ação de indenização – sentença de parcial procedência – apelação dos autores – se não refutam os apelantes que também se houveram com culpa para o atropelamento de seu filho, a majoração da indenização por dano moral ao equivalente a quatrocentos e quarenta salários mínimos pedido na inicial descabe. Todavia, írrita deveras se afigura aquela fixada pela sentença guerreada no equivalente a vinte e quatro salários mínimos, sob o fundamento de que indenização maior enriqueceria sem causa os pais pobres da vítima do atropelamento, pois de todo insustentável haja vista dele resultar, em primeiro lugar, que a dor pobre vale menos que dor rica, e, em segundo, quantum que, com efeito, não estimulará a apelada a evitar outros acidentes do gênero. Assim, de se majorar o valor da indenização para R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), monetariamente corrigíveis da data da sentença guerreada (06.07.2009), por entendido que esse equivalente a aproximados, naquela, cento e cinquenta e seis salários mínimos, melhor consolará a dor da perda de um filho que tinha só três anos de idade e efetivamente estimulará a recorrida a agir com vistas àquele telado propósito - recurso provido em parte.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO

Ação de indenização por ato ilícito (acidente de trânsito) que Roverson Rogério Rodrigues Prates e sua mulher Roseli de Fátima Francelino Prates moveram em face de Comércio de Bebidas Dois Irmãos São Roque Ltda. foi julgada parcialmente procedente pela respeitável sentença de fls. 176/179, de lavra da MM. Juíza de Direito *Camila Giorgeti*, para condenar "a Ré a pagar aos Autores, a título de indenização por danos morais, a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescida de correção monetária desde esta data até o pagamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde novembro de 2006 até o pagamento", observado que diante da sucumbência recíproca deixava-se de condenar as partes em verbas sucumbenciais.

Fincou-se o *decisum* na seguinte motivação: "Já tendo sido o feito saneado e tendo-se exaurido a instrução probatória, possível a análise do mérito sem maiores considerações. Como é cediço, quatro são os pressupostos do dever de indenizar, (1) o dano, (2) o ato ilícito, (3) o nexo causal entre os antecedentes e (4) o dolo ou a culpa, esta última nas modalidades de negligência, imperícia ou imprudência. No presente caso, o dano é incontroverso,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

consubstanciado no sofrimento dos Autores com a morte de seu filho, dano este que, na esteira de jurisprudência pacífica, dispensa comprovação. O ato ilícito também é incontroverso, consistindo na eliminação da vida do menor em razão dos extensos e profundos ferimentos causados pelo veículo de entregas da Ré. O nexo causal resta claro e também incontroverso, na medida em que o sofrimento dos Autores foi causado pela morte do filho e tal morte se deu pelo ato ilícito acima referido. Não se cogita da existência de dolo por parte do preposto da Ré, mas os Autores alegam culpa, o que resta controvertido diante das alegações da requerida. É verdade que não foi ajuizada ação penal contra o preposto da Ré porque o órgão do Ministério Público competente entendeu não existir sequer culpa, opinião com a qual concordou o Magistrado que determinou o arquivamento do inquérito policial. Contudo, tal opinião não vincula este Juízo, mesmo porque não houve sentença de mérito passível de formar coisa julgada material. Assim, possível se afigura analisar a ocorrência ou não da culpa alegada. Informam as declarações das testemunhas, no que corroboram a narrativa da peça exordial, que o preposto da requerida conduziu seu veículo por aproximadamente setenta metros em marcha a ré sem que qualquer fato imperativo justificasse tal providência e sem que terceiro, na via, o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

orientasse. Tal conduta constitui ilícito administrativo, na medida em que viola disposição expressa da legislação de trânsito. Além do mais, constitui inegável imprudência, na medida em que não é de todo imprevisível que tal conduta possa causar danos ao próprio motorista, ao veículo e a terceiros. Configurada com clareza, portanto, a culpa pela imprudência, o fazer de mais que demonstra quebra do dever legal de cuidado objetivo com os bens jurídicos próprios e alheios. Inescapável, assim, o dever de indenizar. Contudo, o montante pleiteado não pode ser concedido integralmente. Isso, em primeiro lugar, porque se verifica a concorrência de culpas do preposto da Ré e dos Autores. Considerando-se que a vítima fatal do acidente contava com tenra idade e, portanto, discernimento e capacidade física reduzidos, não poderiam os Autores, ou quem quer que cuidasse do menor na ocasião, permitir que ele transitasse livremente e sem acompanhante por via pública movimentada e de condições precárias, como se verifica ser o caso pelas fotografias juntadas aos autos. Sem dúvida houve culpa "in vigilando" de quem cuidava do menor naquele momento e culpa "in eligendo" dos Autores que confiaram seu filho menor aos cuidados dessa pessoa. Além disso, o montante pleiteado se revela excessivo também em razão das condições sócio-econômicas dos Autores.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme é cediço, um dos parâmetros para a quantificação de indenizações por danos morais é o não enriquecimento dos indenizados, isto é, os danos sofridos devem ser compensados sem que disso resulte incremento na qualidade de vida das vítimas, tendo-se por base esta no momento anterior ao dano. Ora, no caso em tela os Autores são beneficiários da gratuidade judiciária, tendo declarado ser pobres na acepção técnica do termo. Indubitável que uma indenização de quase duzentos mil reais representaria um enriquecimento sem causa, um incremento na qualidade de vida dos indenizados. Assim, a quantia mais razoável a ser concedida deve ficar em R\$ 10.000,00".

Inconformados, apelam os autores às fls. 184/189, pedindo a majoração do "quantum" indenizatório ao equivalente a quatrocentos e quarente salários mínimos, de um lado porque cabalmente comprovadas a imprudência e a negligência do preposto da ré e de outro por demais irrisório aquele fixado pela sentença, "sendo imprestável para o fim que se almeja, ou seja, minimizar o sofrimento dos autores e fazer com que a requerida tome as devidas precauções para evitar outros acidente do gênero".

Recurso tempestivo, dispensado de preparo em razão da gratuidade processual deferida aos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

autores (fls. 37) e não respondido (certidão de fls. 191Vº).

FUNDAMENTOS

O apelo comporta parcial guarida.

Se não refutam os apelantes que também se houveram com culpa para o atropelamento de seu filho, a majoração da indenização por dano moral ao equivalente a quatrocentos e quarenta salários mínimos pedido na inicial descabe.

Todavia, írrita deveras se afigura aquela fixada pela sentença guerreada no equivalente a vinte e quatro salários mínimos, sob o fundamento de que indenização maior enriqueceria sem causa os pais pobres da vítima do atropelamento, pois de todo insustentável haja vista dele resultar, em primeiro lugar, que a dor pobre vale menos que dor rica, e, em segundo, *quantum* que, com efeito, não estimulará a apelada a evitar outros acidentes do gênero.

Assim, de se majorar o valor da indenização para R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), monetariamente corrigíveis da data da sentença guerreada (06.07.2009), por entendido que esse equivalente a aproximados, naquela, cento e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cinquenta e seis salários mínimos, melhor consolará a dor da perda de um filho que tinha só três anos de idade e efetivamente estimulará a recorrida a agir com vistas àquele telado propósito.

Para esse fim, eu dou parcial provimento ao recurso.

É como voto.

Des. PALMA BISSON

Relator